

UM POBRE HOMEM: A TRAJETÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA NA VISÃO DE DYONÉLIO MACHADO.

Samara Duarte da Silva¹

RESUMO: A proposta deste artigo é analisar a trajetória econômica e social do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, a partir de um conto de Dyonélio Machado, intitulado *Um pobre homem* (1927). A analogia será feita a partir de três características selecionadas: a questão da rizicultura nas lavouras, a prostituição, e, por último, as doenças que se propagavam pela falta de condições de higiene nas camadas sociais mais populares. A linha teórica na qual se insere a análise está ligada à História Comparada, postulada por Marcel Detienne. Tal proposta metodológica insere um olhar diversificado do historiador em relação aos seus objetos de pesquisa. Além de remeter à interdisciplinaridade, o método comparativo abrange também o estudo de materiais diacrônicos.

PALAVRAS-CHAVE: Interdisciplinaridade; Comparativismo; Diacronia

Dyonélio Machado – médico, jornalista, político e escritor – nasceu em Quaraí em 1895 e, mais tarde, mudou-se para Porto Alegre. Publicou seu primeiro livro em 1923: *Política contemporânea: três aspectos*. Após, escreveu vários contos que pendiam para o realismo, em uma época na qual a literatura gaúcha era predominantemente regionalista e simbolista. Dyonélio foi do positivismo ao marxismo, e o contexto histórico foi costurando, lentamente, seu destino político e literário. Foi em 1927, ano de eleição de Getúlio Vargas à presidência do Estado, que se deu a estreia pública de Dyonélio em uma obra de caráter ficcional – gênero mais tarde abandonado pelo autor –, num livro de contos intitulado *Um pobre homem* (1927). A partir deste conto – que também dá título à obra – será feita aqui uma comparação com aspectos econômicos e sociais analisados pela historiografia no que se refere à Primeira República rio-grandense.

O relato é sobre a vida de um homem órfão que perde sua esposa devido ao nascimento da única filha; esta, na adolescência, sai de casa e se prostitui, voltando apenas quando adocece. Neste contexto, o pobre homem, que tinha uma pequena fazenda na qual plantava arroz, vê-se deslumbrado em meio à tecnologia e começa a pensar em comprar

¹ Graduada em licenciatura plena em História pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA); graduanda em bacharelado em Artes Visuais e pós-graduanda em Arte, Corpo e Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

máquinas para obter mais lucro em seu trabalho e desta forma ter sua própria granja. Sua filha morre de tuberculose sem que pudesse ter os cuidados de um médico.

Dyonélio é um escritor que, em suas obras, encontra-se sempre voltado para os problemas de seu tempo. Utilizando um fragmento de seu conto, podemos analisar como ele tratava a questão da prostituição:

A história desse pobre homem era, há um tempo, um drama de família e um caso de negócio. Viúvo, a sua filha, a sua única filha, Nina, ao atingir os dezoito anos, saíra de casa com o noivo, e prostituíra-se sem que, na cidade, onde fizera, durante dois anos, a peregrinação do vício, encontrasse ensejo de casar. Era menos feia e tinha um ar triste, que lhe valia, muitas vezes, a acusação brutal dos seus íntimos de “não gozar, quando estava com eles”. [...] O pai sofrera com a “queda” da rapariga um desgosto inenarrável [...] (MACHADO, 1927: 160).

Segundo Anderson Vargas (2004), o preconceito social se manifestou de forma inflexível no início do século XX, sendo publicamente expresso em jornais da época. Através de construções simbólicas, o chamado “problema social” era tratado a partir da união de sentimentos de receio, de aversão e de ódio, que visavam contaminar a opinião dos leitores. As figuras simbólicas da abjeção social eram as prostitutas, os mendigos, os menores de rua e os desempregados. Tais personagens eram apresentadas, tanto ao leitor quanto ao Estado, nas páginas dos periódicos, como um problema para a cidade. Assim, a prostituta era costumeiramente vista como uma mulher de “natureza fraca”, atraída pelos “viciosos” e pelas cafetinas. Considerada como uma infeliz, uma ameaça à moralidade e à saúde, foi figura essencial do processo de deterioração da cidade. Estava ela intimamente associada à figura do vagabundo, pois se acreditava que ambos planejavam e executavam roubos juntos.

Dyonélio, além de inserir a figura da prostituta na trama de seu conto, ainda percebe e abarca o problema das doenças recorrentes naquela época. Fala que quando a filha do pobre homem voltou para seu lar, já estava tísica. O pai, no entanto, a aceitou novamente em casa, mas estava ocupado com seu trabalho, deixando-a aos cuidados de um menino.

[...] Nina, entretanto, definhava. Não pudera escapar à tísica, que já a enchia de desânimo, de fadiga e de doçura. Já quase não saía do quarto. Nem mesmo para comer. Não tinha fome. Todo o seu corpo palpitava na febre, como se fosse um tassalho de carne viva que assasse num brasedo. Um petiz – o filho de um posteiro do pai – a servia, como um pequenino enfermeiro. Mas não a serviu por muito tempo, não, porque uma tarde, quando o céu, que ela podia espreitar pela janela, se tingia de um rubro mais sanguíneo, Nina expirava, com aquela face triste, como um cãozinho que morre, abandonado, num oitão deserto e sombrio. [...] A filha foi enterrada no cemitério da casa, ao lado da mãe. Enterro simples, urgente, poucas pessoas [...] (MACHADO, 1927: 163).

Conforme Fagundes et al. (1987), a expansão territorial no Rio Grande do Sul ocasionou dificuldades: o arruamento, a necessidade de transporte, as obras de saneamento, a imprescindibilidade de inspeção da construção de habitação para as classes

populares com poder aquisitivo irrisório. Habitualmente, estes problemas serviram de objeto de estudo tanto dos poderes públicos quanto de estudos técnicos.

O fato de a peste bubônica e da varíola serem enfermidades com tratamento notório na época, não impediu que elas modificassem o cotidiano da cidade e de seus moradores, causando transtornos. O temor que elas causaram, bem como as medidas adotadas pelas autoridades higiênicas para as combater, fez de Porto Alegre um pandemônio. Consentiu-se em compreender que os becos fossem representados como um lócus específico de “desclassificados”. Tal conflito, ocasionado na história da capital, indicou a histeria coletiva em Porto Alegre. Os casos recorrentes de pessoas infectadas que frequentavam e/ou moravam nos becos faziam com que todo este conjunto fosse tomado como uma iminente ameaça à sanidade da cidade. Por serem considerados centros irradiadores de enfermidades, utilizou-se como medida preventiva o aniquilamento destes locais (VARGAS, 2004).

Além destes problemas, no conto Dyonélio deixa explícito que a personagem do homem não cuidou de sua filha porque estava demasiado atarefado com seu trabalho, como fica claro no parágrafo a seguir:

*[...] A agricultura, porém, o distraía em parte. Plantava arroz para os lados de *** e vinha fazer, de ano em ano, os seus negócios na cidade. De uma dessas feitas, um amigo, sócio da única firma com quem trabalhava, aconselhou-lhe desse maior impulso às plantações, aproveitasse os ótimos preços, a procura cada vez maior de mercadoria. [...] pôr em prática numa terra como a dele, terra de vadios, em que ninguém queria ir para o arado [...] Pois compre maquinarias, amigo! Compre um trator! E aí você não precisa mais de homens! [...] E aquela boa firma, que tanta confiança depositava na sua condição de homem honesto, trabalhador e econômico e uma confiança ainda maior no arroz encarregou-se logo de mandar vir catálogos, pedir preços, precipitar a transação (MACHADO, 1927: 161).*

Segundo Fraquelli (1979), a lavoura do arroz contribuiu para a entrada do capitalismo nas cidades campeiras riograndenses. Mesmo sendo um processo relativamente vagaroso no Brasil, a rizicultura, na década de 1920, foi caracterizada pela produção em moldes capitalistas. A adequação do setor orizícola gaúcho foi avaliada como produto do processo mais extenso de conglobação capitalista no conjunto da sociedade nacional a começar pela crise de 1926. A partir da década de 1880, verificou-se o desenvolvimento do cultivo do arroz, efetivado em apoucada quantidade na zona colonial do Estado. Em Taquara e em Santa Cruz, iniciou, aos poucos, o processo de rizicultura irrigada, implementado por colonos alemães. Concomitantemente, as exportações aumentaram e, em arredores de Pelotas e em Gravataí, surgiram lavouras com instalações de levante mecânico para irrigação. O protecionismo alfandegário removeu o afluxo externo, estimulando a orizicultura gaúcha. As condições mercadológicas aumentaram e o preço do produto se elevou, estando estes fatores diametralmente relacionados ao impulso de produtividade.

Ademais, o choque da Primeira Guerra Mundial foi favorável no que diz respeito à produção vigente no mercado interno, pois reforçou a auto-suficiência e ampliou o impulso produtivo na orizicultura gaúcha através da possibilidade de exportação para o Prata, além do mercado “nacional”. Entretanto, este momento propício não manteve estabilidade, pois, devido à reorganização da economia européia, o Rio Grande do Sul submergiu no mercado platino, tendo de abarcar a concorrência do arroz paulista.

Em decorrência disso, o RS se conformou com a procura pelo comércio “nacional” enquanto a política de deflação e de limitação dos gastos contrafez o mercado interno. O Rio Grande do Sul aturou a afluência de outros centros produtores, os quais, com a compressão nas exportações do café, diferenciaram sua produção, energizando o processo de concorrência interna. Além disso, o problema da localização territorial extenuou a produção riograndense, que estava em desvantagem em relação aos grandes centros produtores.

Sobre a modernização da lavoura, Dyonélio cria para sua personagem a seguinte questão:

[...] o pai foi chamado à cidade. Era a compra do trator que se ia decidir por fim. Esteve todo o dia e parte da noite tratando de negócios. [...] O velho comeu só, relendo o contrato que assinara, - porque a máquina fora adquirida para pagar em prestações. [...] O velho pensava nos grandes negócios a realizar daí em diante, para poder fazer frente àquele compromisso que assumira. Teria de modificar inteiramente a pequena fazenda, transformá-la numa granja. O trator, centro propulsor de todo esse movimento, seria a fonte de todos os progressos: daria força para puxar o arado e a segadeira, para mover a trilhadeira e a bomba d'água, e - por que não? - para acionar um pequeno motor, capaz mesmo de dar luz elétrica àquela vivenda! [...] O velho acabava de montar o trator. Havia perdido dias no transporte das peças desde a margem do rio até a “granja”. A sua instalação definitiva tomara um tempo enorme, mas que ele iria descontar - pois não? - quando pusesse tudo aquilo em movimento. [...] Quando o trator moveu o primeiro jogo de arados, foi um deslumbramento em toda a fazenda. O velho via já em franca execução o seu ideal. Outros melhoramentos que dependiam do trator foram por sua vez postos em prática. A fazenda, com efeito, remodelava-se. Era já uma granja, - a “sua granja”! (MACHADO, 1927: 162).

Fraquelli (ibidem) prossegue dizendo que a lei aduaneira protecionista de 1906 balizou o processo de modernização da lavoura arroeira gaúcha, sendo este ligado às alterações averiguadas na produção dos centros mais desenvolvidos do aparelho capitalista no término do século XIX. Tal atualização originou o alargamento das esferas complementares do setor exportador. Teoricamente, a grande propriedade fundiária foi reforçada pela modernização integrada a uma maior inversão de capital. No Rio Grande do Sul, passaram a existir pequenos industriais e comerciantes associados a fazendeiros, sendo o arrendamento fator que individualizou a rizicultura irrigada no Rio Grande do Sul desde o seu início.

Por causa da técnica de irrigação, a rizicultura gaúcha se difere daquela praticada em outros grandes centros produtores do país. Principiado em 1903, tal processo de irrigação mecânica teve uma implicação de normalização sobre as safras gaúchas, abatendo as flutuações do produto e majorando a produtividade. Normalmente, era a partir da tração animal que se preparava o solo. Entretanto, em grandes propriedades era corriqueira a utilização de tratores, mesmo que estes tivessem um preço elevado. Dyonélio finaliza seu conto colocando em contrabalanço a morte da filha do pobre homem e o sucesso com a granja dele.

[...] Foi por essa ocasião que um dia ele veio procurar-me. Vinha sucumbido, velho de dez anos mais. Penalizado, fiz-lo passar para o meu gabinete. Sentou-se, de olhos baixos e úmidos, chapéu na mão, vergado como sob uma grande dor. [...] Procurei consolá-lo. Fiz ver que depois do "mau passo" era até preferível para a infeliz que morresse. Falei-lhe, tentando interessá-lo noutra ordem de idéias, nas chuvas que caíam regulares, tão necessárias às plantações. Perguntei-lhe se já tinha instalado luz elétrica na granja. [...] Era agora trabalhar, cuidar do futuro, pagar os seus compromissos. Mas logo que o vi mais calmo, não me contive, e fiz-lhe a pergunta que desde o começo me preocupava: por que só agora acordas? Por que só agora choras a morte da tua filha? Eu me lembro que no dia em que ela morreu, tu estavas conformado, e com essas disposições foste ao cemitério e a enterraste... Entretanto, hoje vejo-te aí como ferido de morte, tu, que naquela ocasião não lhe derramaste uma lágrima... Que é que tinhas, então? [...] O bom do velho passou o lenço amarrotado pelos olhos. Sem fitar-me, envergonhado, numa voz submissa de desculpa, disse-me, de manso: O senhor sabe: naquele tempo eu só pensava na máquina... [...] (MACHADO, 1927: 165).

Em suma, o que se pode concluir é que Dyonélio Machado, em sua obra *Um pobre homem*, traça a trajetória econômica e social da Primeira República, dando ênfase a aspectos que estão interligados tanto à história do Rio Grande do Sul quanto à história da personagem. Justamente por se tratar de uma fonte primária, pode-se notar que, mesmo sendo uma obra de caráter ficcional, o autor estava sempre voltado para os problemas de seu tempo. Desta maneira, ele analisa o desenvolvimento e a modernização da rizicultura, que traz consigo o capitalismo para o Rio Grande do Sul, além de identificar a visão sobre a prostituição da época, que era extremamente preconceituosa. Também comenta o problema das doenças, especificamente a tuberculose, a qual tinha como centros irradiadores da doença os becos e as vielas e, respectivamente, os seus moradores, segundo os jornais da época. No fim de seu conto, Dyonélio mostra a prioridade da máquina sobre o homem e questiona se isto realmente seria significativo para a felicidade do ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARONE, Edgard. **A República Velha I: instituições e classes sociais (1889-1930)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1970.

DYONÉLIO Machado. Disponível em:

<<http://paginas.terra.com.br/educacao/quarai/dionelio.htm>>. Acesso em: 01/06/2006.

ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a história da revolução riograndense de 1893**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. (Coleção Temas Brasileiros).

FRAQUELLI, Jane Aita. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926: a ação do Estado e a criação do Sindicato Arrozeiro. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 329-357. (Série Documenta 2).

MACHADO, Dyonélio. **Um pobre homem**. Porto Alegre: Globo, 1927.

MADRUGA, Artur. **Dyonélio Machado**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Tchê, 1986. (Coleção esses gaúchos).

MOREIRA, Maria Eunice; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (Org.). **Literatura e guerra civil de 1893**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 1993.

FAGUNDES, Lígia Ketzer et al. **Memórias da indústria gaúcha: Das origens a 1930 (documentos)**. Porto Alegre: da Universidade de Ufrgs e Fee, 1987.

VARGAS, Anderson Zalewski. **Porto Alegre, início do século XX: imprensa, “ânsia de civilização” e menores de rua**. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. Capítulos de história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004. p. 247-289.

Recebido em *setembro* de 2009

Aprovado em *novembro* de 2009